

Termo de Referência 11/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
11/2026	158124-INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO	WILLIANS DA CRUZ SANTOS	15/05/2026 11:15 (v 0.8)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	527/2026	23216.002664.2025-40

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23216.002664.2025-40)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços não contínuos de instalação, manutenção, certificação e reorganização de infraestrutura de rede lógica, com fornecimento de materiais, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, por meio de Sistema de Registro de Preços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo /Lote	Item	CATSER	Descrição	*Unidade	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
	1	27090	Fornecimento e instalação de rack de piso 42 Us fechado 570 mm	UST	4	R\$ 7.652,50	R\$ 30.610,00
	2	27090	Fornecimento e instalação de Rack de parede 19“ x 12U x 570mm	UST	56	R\$ 2.356,50	R\$ 131.964,00
	3	27090	Fornecimento e instalação de Patch panel 24 portas cat 6 carregado	UST	132	R\$ 2.648,75	R\$ 349.635,00

4	27090	Instalação de ponto de rede Cat 6 até 30 metros com fornecimento de todos os materiais necessários (exceto patch panel e eletrocalha)	UST	1191	R\$ 628,00	R\$ 747.948,00
5	27090	Instalação de ponto de rede Cat 6 até 60 metros com fornecimento de todos os materiais necessários (exceto patch panel e eletrocalha)	UST	655	R\$ 955,00	R\$ 625.525,00
6	27090	Instalação de ponto de rede Cat 6 até 90 metros com fornecimento de todos os materiais necessários (exceto patch panel e eletrocalha)	UST	332	R\$ 1.298,50	R\$ 431.102,00
7	27090	Distribuidor Interno Óptico 12 Fibras carregado fusionado monomodo	UST	24	R\$ 3.807,50	R\$ 91.380,00
8	27090	Mini Distribuidor Interno Óptico 04 FO monomodo	UST	76	R\$ 1.136,25	R\$ 86.355,00
9	27090	Mini Distribuidor Interno Óptico 04 FO multimodo	UST	2	R\$ 1.556,25	R\$ 3.112,50
10	27090	conversor de mídia fibra gigabit par ar A/B monomodo	UST	124	R\$ 1.144,50	R\$ 141.918,00
11	27090	conversor de mídia fibra gigabit par A/B multimodo	UST	10	R\$ 1.485,50	R\$ 14.855,00
12	27090	Guia de cabos horizontal fechada de 1U	UST	142	R\$ 55,93	R\$ 7.941,35
13	27090	Eletrocalha galvanizada perfurada metálica 150mm x 50mm x 3000mm	UST	1033	R\$ 141,75	R\$ 146.427,75
14	27090	Seal Tube de 2" (kanaflex)	UST	604	R\$ 57,19	R\$ 34.539,74

1	15	27090	Caixa De Passagem R1 com Tampa De Ferro	UST	40	R\$ 787,50	R\$ 31.500,00
	16	27090	Serviço de escavação e recomposição de vala por método destrutivo	UST	1460	R\$ 112,75	R\$ 164.615,00
	17	27090	Cabo de Fibra Óptica Autossustentado de 24 fibras monomodo	UST	3700	R\$ 70,95	R\$ 262.515,00
	18	27090	Cabo de Fibra Óptica Autossustentado de 12 fibras monomodo	UST	9000	R\$ 57,40	R\$ 516.555,00
	19	27090	Cabo de Fibra Óptica Autossustentado de 4 fibras monomodo	UST	8270	R\$ 48,90	R\$ 404.403,00
	20	27090	Cabo de Fibra Óptica Autossustentado de 12 fibras multimodo	UST	500	R\$ 60,67	R\$ 30.336,25
	21	27090	Cabo de Fibra Óptica Autossustentado de 4 fibras multimodo	UST	500	R\$ 53,32	R\$ 26.660,00
	22	27090	Fornecimento e instalação de kit ancoragem para fibra AS	UST	270	R\$ 257,14	R\$ 69.428,48
	23	27090	Fornecimento e instalação de Kit reserva para fibra AS	UST	40	R\$ 108,87	R\$ 4.354,60
	24	27090	Serviço de remoção de cabo óptico, incluindo infraestrutura	UST	11000	R\$ 13,48	R\$ 148.225,00
	25	27090	Serviço de remoção de cabo metálico,incluindo infraestrutura	UST	1400	R\$ 6,99	R\$ 9.782,50
	26	27090	Cordão óptico duplex de 1,5 m monomodo	UST	279	R\$ 221,25	R\$ 61.728,75
	27	27090	Cordão óptico duplex de 1,5 m multimodo	UST	16	R\$ 272,50	R\$ 4.360,00

28	27090	Fusão para emenda de fibra óptica monomodo ou multimodo	UST	822	R\$ 136,25	R\$ 111.997,50
29	27090	Caixa de emenda externa padrão fosc para 12 fibras ópticas	UST	52	R\$ 916,75	R\$ 47.671,00
30	27090	Certificação de ponto de rede em cabo metálico	UST	1797	R\$ 50,00	R\$ 89.850,00
31	27090	Certificação de enlace de rede de fibra óptica	UST	364	R\$ 60,50	R\$ 22.022,00
32	27090	Conversor mini-gbic monomodo	UST	251	R\$ 1.280,00	R\$ 321.280,00
33	27090	Conversor mini-gbic multimodo	UST	14	R\$ 1.717,50	R\$ 24.045,00
					<b>Total</b>	<b>R\$ 5.194.642,42</b>

\*UST: Unidade de Serviço Técnico

1.1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Reitoria					
Grupo /Lote	Item	CATSER	Descrição	*Unidade	Qtd.
	1	27090	Fornecimento e instalação de rack de piso 42 Us fechado 570 mm	UST	0
	2	27090	Fornecimento e instalação de Rack de parede 19“ x 12U x 570mm	UST	2
	3	27090	Fornecimento e instalação de Patch panel 24 portas cat 6 carregado	UST	4

1	4	27090	Instalação de ponto de rede Cat 6 até 30 metros com fornecimento de todos os materiais necessários (exceto patch panel e eletrocalha)	UST	0
	5	27090	Instalação de ponto de rede Cat 6 até 60 metros com fornecimento de todos os materiais necessários (exceto patch panel e eletrocalha)	UST	0
	6	27090	Instalação de ponto de rede Cat 6 até 90 metros com fornecimento de todos os materiais necessários (exceto patch panel e eletrocalha)	UST	0
	7	27090	Distribuidor Interno Óptico 12 Fibras carregado fusionado monomodo	UST	1
	8	27090	Mini Distribuidor Interno Óptico 04 FO monomodo	UST	2
	9	27090	Mini Distribuidor Interno Óptico 04 FO mltimodo	UST	0
	10	27090	conversor de midia fibra gigabit par ar A/B monomodo	UST	4
	11	27090	conversor de midia fibra gigabit par A/B multimodo	UST	0
	12	27090	Guia de cabos horizontal fechada de 1U	UST	4
	13	27090	Eletrocalha galvanizada perfurada metálica 150mm x 50mm x 3000mm	UST	100
	14	27090	Seal Tube de 2" (kanaflex)	UST	30
	15	27090	Caixa De Passagem R1 com Tampa De Ferro	UST	3
	16	27090	Serviço de escavação e recomposição de vala por método destrutivo	UST	0
	17	27090	Cabo de Fibra Óptica Autossustentado de 24 fibras monomodo	UST	0
	18	27090	Cabo de Fibra Óptica Autossustentado de 12 fibras monomodo	UST	0

19	27090	Cabo de Fibra Óptica Autossustentado de 4 fibras monomodo	UST	<b>500</b>
20	27090	Cabo de Fibra Óptica Autossustentado de 12 fibras multimodo	UST	0
21	27090	Cabo de Fibra Óptica Autossustentado de 4 fibras multimodo	UST	0
22	27090	Fornecimento e instalação de kit ancoragem para fibra AS	UST	0
23	27090	Fornecimento e instalação de Kit reserva para fibra AS	UST	0
24	27090	Serviço de remoção de cabo óptico, incluindo infraestrutura	UST	0
25	27090	Serviço de remoção de cabo metálico,incluindo infraestrutura	UST	0
26	27090	Cordão óptico duplex de 1,5 m monomodo	UST	<b>8</b>
27	27090	Cordão óptico duplex de 1,5 m multimodo	UST	0
28	27090	Fusão para emenda de fibra óptica monomodo ou multimodo	UST	<b>8</b>
29	27090	Caixa de emenda externa padrão fosc para 12 fibras ópticas	UST	<b>3</b>
30	27090	Certificação de ponto de rede em cabo metálico	UST	<b>40</b>
31	27090	Certificação de enlace de rede de fibra óptica	UST	<b>4</b>
32	27090	Conversor mini-gbic monomodo	UST	<b>4</b>
33	27090	Conversor mini-gbic multimodo	UST	0

\*UST: Unidade de Serviço Técnico

# Órgãos Participantes: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Campus

Grupo /Lote	Item	CATSER	Descrição	*Unidade	Campos Belos	Catalão	Ceres	Cristalina	Hidrolândia	Ipameri	Iporá	Morrinhos	Posse	Rio Verde	Urutai
	1	27090	Fornecimento e instalação de rack de piso 42 Us fechado 570 mm	UST	1	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0
	2	27090	Fornecimento e instalação de Rack de parede 19" x 12U x 570mm	UST	4	9	6	4	5	5	1	8	4	6	2
	3	27090	Fornecimento e instalação de Patch panel 24 portas cat 6 carregado	UST	8	18	15	8	10	7	12	10	10	14	16
	4	27090	Instalação de ponto de rede Cat 6 até 30 metros com fornecimento de todos os materiais necessários (exceto patch pannel e eletrocalha)	UST	100	100	150	201	100	80	80	80	100	100	100
	5	27090	Instalação de ponto de rede Cat 6 até 60 metros com fornecimento de todos os materiais necessários (exceto patch pannel e eletrocalha)	UST	50	80	50	60	40	0	35	50	50	100	140
	6	27090	Instalação de ponto de rede Cat 6 até 90 metros com fornecimento de todos os materiais necessários (exceto patch pannel e eletrocalha)	UST	30	20	20	100	0	0	12	20	20	50	60

1	7	27090	Distribuidor Interno Óptico 12 Fibras carregado fusionado monomodo	UST	2	1	4	1	1	1	1	3	1	4	4
	8	27090	Mini Distribuidor Interno Óptico 04 FO monomodo	UST	4	9	10	4	2	3	20	10	4	6	2
	9	27090	Mini Distribuidor Interno Óptico 04 FO multimodo	UST	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
	10	27090	conversor de mídia fibra gigabit par A /B monomodo	UST	10	18	20	10	4	6	20	4	2	6	20
	11	27090	conversor de mídia fibra gigabit par A/B multimodo	UST	0	0	0	0	0	0	0	10	0	0	0
	12	27090	Guia de cabos horizontal fechada de 1U	UST	8	8	15	15	4	6	30	0	20	16	16
	13	27090	Eletrocalha galvanizada perfurada metálica 150mm x 50mm x 3000mm	UST	100	100	60	100	100	11	250	100	12	100	0
	14	27090	Seal Tube de 2" (kanaflex)	UST	80	30	70	30	60	0	4	80	0	100	120
	15	27090	Caixa De Passagem R1 com Tampa De Ferro	UST	5	3	0	3	5	6	0	7	0	4	4
	16	27090	Serviço de escavação e recomposição de vala por método destrutivo	UST	300	0	0	0	0	110	0	600	0	50	400



17	27090	Cabo de Fibra Óptica Autossustentado de 24 fibras monomodo	UST	0	0	0	0	0	0	0	200	0	1000	2500
18	27090	Cabo de Fibra Óptica Autossustentado de 12 fibras monomodo	UST	1000	500	400	0	600	0	1000	4000	0	1500	0
19	27090	Cabo de Fibra Óptica Autossustentado de 4 fibras monomodo	UST	1000	500	400	500	200	370	800	800	200	1000	2000
20	27090	Cabo de Fibra Óptica Autossustentado de 12 fibras multimodo	UST	0	0	0	0	0	0	0	0	0	500	0
21	27090	Cabo de Fibra Óptica Autossustentado de 4 fibras multimodo	UST	0	0	0	0	0	0	0	0	0	500	0
22	27090	Fornecimento e instalação de kit ancoragem para fibra AS	UST	60	0	0	0	0	0	0	50	0	60	100
23	27090	Fornecimento e instalação de Kit reserva para fibra AS	UST	10	0	0	0	0	0	0	0	0	20	10
24	27090	Serviço de remoção de cabo óptico, incluindo infraestrutura	UST	0	0	0	0	0	0	0	2000	0	4500	4500
25	27090	Serviço de remoção de cabo metálico, incluindo infraestrutura	UST	0	200	0	0	0	0	0	100	0	100	1000
26	27090	Cordão óptico duplex de 1,5 m monomodo	UST	15	20	40	8	12	8	28	60	10	30	40

27	27090	Cordão óptico duplex de 1,5 m multimodo	UST	0	0	0	0	4	0	0	0	2	10	0
28	27090	Fusão para emenda de fibra óptica monomodo ou multimodo	UST	14	20	50	10	28	14	48	70	10	200	350
29	27090	Caixa de emenda externa padrão fosc para 12 fibras ópticas	UST	5	0	6	10	4	1	4	6	0	8	5
30	27090	Certificação de ponto de rede em cabo metálico	UST	180	200	257	125	40	80	125	0	200	250	300
31	27090	Certificação de enlace de rede de fibra óptica	UST	14	10	20	25	14	3	25	0	5	100	144
32	27090	Conversor mini-gbic monomodo	UST	15	20	30	10	8	10	2	60	8	30	54
33	27090	Conversor mini-gbic multimodo	UST	0	0	0	0	0	0	0	0	4	10	0

\*UST: Unidade de Serviço Técnico

1.1.3. As especificações técnicas detalhadas do objeto, incluindo a descrição dos serviços e materiais, encontram-se no Memorial Descritivo (Anexo I).

1.1.4. A presente contratação adota o critério de julgamento de Menor Preço por Lote Único (Preço Global do Lote), sob o regime de execução de empreitada por preço unitário, visto que os quantitativos são estimados e o pagamento será realizado com base nos serviços efetivamente executados e materiais fornecidos.

1.1.5. Os itens foram agrupados em lote, uma vez que sua separação prejudicaria a execução, não sendo possível atender as necessidades do contrato.

### Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, uma vez que estão disponíveis no mercado a qualquer tempo e com características padronizadas, com especificações usuais.

### Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como não continuado tendo em vista que a sua prestação se dará de maneira pontual, mediante atendimento da Ordem de Serviço (OS).

1.4. A contratação ocorrerá por sistema de registro de preços (SRP), tendo em vista a necessidade de contratações frequentes, além de não ser possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração Pública.

### **Prazo de vigência**

1.5. O prazo de vigência da contratação (contrato/ordem de serviço ou nota de empenho) será de 120 (cento e vinte) dias, contados da sua assinatura/emissão, podendo ser prorrogado pelo período necessário à conclusão dos serviços, dado o caráter não continuado do objeto.

1.6. O prazo de vigência das contratações decorrentes da Ata (Contratos ou instrumentos equivalentes) será determinado com base no prazo de execução estabelecido para o objeto, acrescido do prazo para recebimento provisório, definitivo e pagamento, vinculando-se à duração dos respectivos créditos orçamentários, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. A validade da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses e não se confunde com o prazo de execução contratual.

1.8. Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, fica facultada à Administração a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, observada a vantajosidade econômica e os limites estabelecidos no PARECER n. 00015/2024/CPLC/SUBCONSU/PGF/AGU.

1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.10. O termo de contrato poderá ser substituído por Ordem de serviço nas condições previstas pela lei.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I)ID PCA no PNCP: 10651417000178-0-000001/2026;

II)Data de publicação no PNCP: 11/02//2025;

III)Id do item no PCA: 1940;

IV)Classe/Grupo: 165 - SERVICOS PARA A INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC), NAO CLASSIFICADOS EM OUTROS TÓPICOS;

V)Identificador da Futura Contratação: 158124-527/2026;

Link PNCP: 10651417000178/2026

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Requisitos do Negócio**

4.1. A contratação tem entre seus objetivos, a modernização, padronização, expansão e correção (manutenção) da infraestrutura de TIC do IF Goiano.

4.2. Tal aquisição proporcionará excelentes avanços na infraestrutura de TIC, resolvendo problemas como cascadeamento de ativos, rede desestruturada, falhas de conectividade e limitação de banda para os usuários. Em face deste cenário, o presente Termo possibilitará um maior nível de acompanhamento e gerenciamento de toda a Rede interna do IF Goiano, tornando inclusive o trabalho da Instituição mais eficiente do ponto de vista de resolução de problemas, com diagnósticos mais precisos além de diminuir o número de chamados com a Central de Serviços.

4.3. A solução deverá estar em conformidade com as normas técnicas previstas na ABNT relacionadas a infraestrutura de TIC e às normas ambientais vigentes (TI Verde), conforme ISO 14001.

4.4. A partir da modernização e diversas infraestruturas de TIC das unidades do IF Goiano, tais atividades exigirão a desmobilização da infraestrutura antiga, devendo para tanto, ser observados os requisitos e normas ambientais quanto a retirada, manuseio e descarte destes materiais, a citar: plástico, cobre, metais, entre outros.

4.5. No caso de serviços relacionados à correções (manutenções) em redes existentes, deve se observar a adequação à norma da infraestrutura existente e no caso de inconformidade, devem ser realizadas os devidos ajustes, dentro do escopo definido junto fiscalização.

4.6. As regras de negócio deverão prever não apenas a ampla competitividade, através da licitação focada no menor preço, como também será exigida experiência técnica para tais atividades e capacidade financeira de suportar o volume de projetos que deverão ser realizados, conforme especificado no Edital.

4.7. Serão estabelecidas exigências visando a ampla competitividade, sem renunciar à alta qualificação técnica e financeira, de forma que se atinja os objetivos determinados no projeto dentro dos prazos ajustados e com a qualidade exigida.

4.8. Atento à questões de qualidade do material e da mão de obra a serem empregados, e visando mitigar possíveis problemas com materiais e mão de obra, foram feitos estudos preliminares relativos a garantias e abrangência destas, destacando, portanto, que todos os materiais de cabeamento estruturado (Cabos UTP, Conectores, Patch Panels, Patch Cords e Voice Panel) deverão ser do mesmo fabricante em todos os serviços executados, garantindo assim a total compatibilidade e interoperabilidade do funcionamento da solução.

4.9. A Empresa contratada seguirá todas as normas de instalação recomendadas para cada serviço e material aplicando as exigências específicas regulamentadas pela solução do fabricante. Isso permite contar com o amparo do fabricante em eventuais problemas identificados na execução ou dentro do período de garantia.

4.10. Ao final da execução do Projeto devem ser realizados testes de desempenho da rede de acordo com os requisitos estabelecidos pelo fabricante dos materiais e deve ser auditado e fiscalizado por profissional designado pelo fabricante ou empresa especializada para tal finalidade. A documentação deve ser apresentada e aprovada pela fiscalização.

4.11. Os serviços devem ser executados nas condições mínimas estabelecidas no Anexo I - Memorial Descritivo. O material empregado deve ser de qualidade igual ou superior ao especificado neste anexo.

## **Sustentabilidade**

4.12. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.13. Todas as sobras de materiais que seriam implantados ou materiais oriundos de retiradas de infraestruturas obsoletas devem ter destinação correta, conforme normativos existentes na contratante e de acordo com os dispositivos legais nos quais a contratada esteja inserida, buscando, quando for possível, a destinação dos materiais para reciclagem.

4.14. Antes de darem destino aos materiais, a contratada deve oferecê-los à contratante ou equipe local da execução para um eventual aproveitamento.

4.15. A contratada deve respeitar as preferências estéticas ou técnicas de cada local de execução dos serviços, visando minimizar impactos visuais nas edificações.

4.16. A contratada deve se responsabilizar pela limpeza das instalações que sofrerem intervenção dos serviços, deixando o local limpo e organizado após o fim dos trabalhos.

4.17. A contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

4.17.1. Usar somente produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.17.2. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

4.17.3. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.17.4. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.17.5. Orientar seus funcionários previamente à execução dos serviços quanto às boas práticas para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.17.6. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Ressalta-se que sempre que os serviços incluírem a substituição de materiais da contratante, estes deverão ser acondicionados de maneira adequada, separando-se o material inservível daquele que pode ser reutilizado pelo órgão. O material inservível deverá receber a mesma destinação que os resíduos resultantes dos serviços.

4.17.7. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

4.17.8. Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

4.17.9. Certificar que qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, respeitará os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

4.18. Além disso, nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

4.18.1 Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

4.18.2 Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

4.18.3 Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

4.18.4 Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.19. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

4.20. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

### **Indicação de marcas ou modelos**

4.21. Na presente contratação não haverá indicação de marcas, modelos ou características exclusivas. As descrições constantes no Memorial Descritivo (Anexo I) e demais anexos representam padrões mínimos de desempenho e qualidade, sendo admitida a oferta de produtos de qualquer fabricante, desde que possuam características técnicas e funcionais equivalentes ou superiores às especificadas.

### **Da exigência de carta de solidariedade**

4.22. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital, carta de solidariedade ou Declaração Formal emitida pelo fabricante da solução de cabeamento ofertada, assegurando:

a) O fornecimento dos materiais nas quantidades e especificações exigidas;

b) A validade da garantia dos produtos em território nacional;

c) Que a licitante possui credenciamento para ofertar a Garantia Estendida de Sistema (mínimo de 60 meses para passivos ou prazo superior do fabricante) exigida neste Termo de Referência.

### **Subcontratação**

4.23. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Requisitos Temporais

- 4.24. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 4.25. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.
- 4.26. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas corridas, por intermédio do fiscal designado para acompanhamento do contrato, a contar de sua solicitação.
- 4.27. Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO		
Ação	Responsável	Prazo Máximo
		Lote/Grupo 1
Assinatura do Contrato		
A CONTRATANTE convocará por meio formal a CONTRATADA para a assinatura do contrato e prestação de fiança.	CONTRATANTE	Até 8 dias corridos após recebimento da convocação.
Emissão da Ordem de Serviço		
O Gestor de Contrato enviará a Ordem de Serviço solicitando os serviços de cabeamento estruturado conforme necessidades técnicas alinhadas na reunião inicial, plano de execução e cronograma de execução.	CONTRATANTE	A CONTRATADA terá 30 dias corridos, mediante recebimento da ORDEM DE SERVIÇO para iniciar a prestação dos serviços.
	CONTRATADA	A CONTRATADA terá até 120 dias corridos, para

Finalização da execução do serviço.		finalizar a execução do serviço.
A CONTRATANTE deverá emitir o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO do serviço prestado.	CONTRATANTE e FISCAL TÉCNICO	Até 10 dias corridos, após finalização do serviço.
A CONTRATANTE deverá emitir o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO do serviço prestado.	CONTRATANTE e FISCAL TÉCNICO	Até 30 dias corridos, após emitido o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO
O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, mediante apresentação da Nota Fiscal.	CONTRATANTE	Até 30 dias corridos, após o recebimento da Nota Fiscal

## Requisitos Legais

4.28. Quanto as normas técnicas para solução de cabeamento, deverão ser seguidas:

4.28.1. ABNT NBR 14565: Especifica um sistema de cabeamento estruturado para uso nas dependências de um único ou um conjunto de edifícios comerciais em um campus, bem como para a infraestrutura de cabeamento estruturado de data centers. Ela cobre os cabeamentos metálico e óptico;

4.28.2. ANSI/EIA/TIA-606-A: “Administration Standard for the Telecommunications Commercial Building”, que instrui como nomear, marcar e administrar os componentes de um sistema de Cabeamento Estruturado;

4.28.3. ANSI/TIA/EIA-607: Aterramento e requisitos de telecomunicações em edifícios comerciais;

4.28.4. ANSI/TIA/EIA 568B – Requerimentos gerais de Cabeamento Estruturado e especificação dos componentes para cabos e fibras;

4.28.5. ANSI/TIA-568-C.0: Regulamentam o planejamento, instalação e testes de um sistema de cabeamento estruturado para suportar independentemente do provedor e sem conhecimento prévio, os serviços e dispositivos de telecomunicações que serão instalados durante a vida útil do edifício;

4.28.6. ANSI/TIA-568-C.1: “Commercial Building Telecommunications Cabling Standard”;

4.28.7. ANSI/TIA-569-B: Padrão para caminhos e espaços de telecomunicações em edifícios comerciais;

4.28.8. ANSI/TIA-569-C.2: "Balanced Twisted-Pair Telecommunication Cabling and Components Standard";

4.28.9. ANSI/TIA-569-C.3: "Optical Fiber Cabling Components Standard";

4.28.10. ISO/IEC 11801: Information technology – Generic cabling for customer premisses;



4.28.11. Resolução Anatel nº 242, de 30 de novembro de 2000 da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, que garantem conformidade de funcionamento no Brasil através de processo de Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações para uso no território nacional.

4.28.12. ITU-T G.650: Definition and test methods for the relevant parameters of single-mode fibers;

4.28.13. ITU-T G.650.1: Definition and test methods for linear, deterministic attributes of single fiber and cable;

4.28.14. ITU-T G.650.2: Definition and test methods for statistical and non-linear attributes of single mode fiber and cable;

4.28.15. ITU-T G.652: Characteristics of a single-mode optical fiber cable;

4.28.16. ITU-T G.657: Characteristics of a bending-loss insensitive single-mode optical fibre and cable for the access network;

### **Requisitos de Garantia e Manutenção**

4.29. A Contratada deverá prover garantia legal de acordo com o código de defesa do consumidor – CDC, art. 26, inciso II, contando com garantia legal de 90 dias para fornecimento de serviços e bens duráveis, complementarmente a fabricante deverá fornecer garantia contratual de todos os equipamentos componentes da solução pelo período de 12 meses, da mesma forma os serviços executados, deverão possuir garantia contratual, pela contratada de 12 meses.

4.30. A Contratada será responsável, durante a execução dos serviços e quando necessário, pelo reparo, atualização, revitalização ou eventual substituição dos equipamentos e sistemas utilizados na solução, garantindo a qualidade dos serviços prestados.

4.31. A licitante deverá comprovar que o fabricante dos cabos de Fibra Óptica Multimodo e Monomodo possui certificado de homologação válido emitido pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Essa certificação de homologação é exigência legal, conforme Ato nº 45.472, de 20 de Julho de 2004, e alterações, caso haja expedido pela Anatel.

4.32. A garantia legal, contará após a entrega do Termo de Recebimento Definitivo, da mesma forma, passado o prazo da garantia legal, passará a valer a garantia contratual de 12 meses, a garantia estendida, passará a vigorar ao fim da garantia contratual, devendo está ser lavrada em termo escrito, pelo fabricante da solução.

4.33. As garantias deverão abranger todo e qualquer defeito de projeto, fabricação e montagem, quando submetido a uso e conservação normais. Durante o prazo contratual, deverão ser substituídos quaisquer partes e/ou equipamentos defeituosos, sem ônus para a contratante.

### **Requisitos de Implantação**

4.34. Os bens e serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato ou equivalente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.35. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.36. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.37. Os materiais que constam dos serviços deverão ser fornecidos pela contratada. Os componentes empregados no cabeamento de dados deverão ser padronizados;

4.38. A mão de obra será fornecida pela contratada;

4.39. Serão impugnados pela fiscalização da contratante todos os trabalhos que não satisfaçam as condições gerais para instalação;

4.40. Ficará a contratada obrigada a modificar e/ou refazer os trabalhos impugnados, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências e podendo ser sancionada em caso de descumprimento;

4.41. A padronização dos equipamentos e dos materiais a serem utilizados na implementação da solução, deverão ser compatíveis entre si, proporcionando o tráfego de dados conforme as especificações técnicas que constarão no edital e seus anexos; quaisquer ajustes ou adaptações a fim de atender melhor as normas vigentes precisarão de autorização prévia e formal da equipe de fiscalização do contrato;

4.42. Os serviços deverão ser executados em estrita e total observância das indicações constantes do projeto executivo que será entregue pela contratada, desde que aprovado pela contratante;

4.43. Após a completa execução dos serviços, caberá à CONTRATADA a apresentação dos projetos de implementação da rede TIC, “as built”, para revisão, onde serão fornecidos tantos conjuntos deste mesmo tipo quantos forem necessários até que o conteúdo dos arquivos seja aceito pela contratante, contendo, no mínimo, os seguintes procedimentos e documentos:

a) Edificação e arquitetura com legenda, contendo escala do desenho, nome da unidade, nome do prédio, pavimento, nome do projetista e data de execução;

b) Esquema de tubulação e infraestrutura (eletrocalhas, eletrodutos, mangueiras corrugadas, etc)do cabeamento óptico;

c) Trajetória e direcionamento das fibras;

d) Localização dos componentes passivos, como painéis, racks e DIO;

e) Pontos de distribuição que representam o elo entre o cabeamento vertical e o cabeamento horizontal.

f) Identificação do cabeamento óptico nos DIO;

g) Identificação de salas e observações quanto à estrutura de cada uma delas;

4.44. Quando a revisão dos projetos for aceita pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá entregar os arquivos dos projetos, não comprimidos, gravados em mídia eletrônica, devidamente identificado, em formato DWG; e

4.45. Após a completa execução dos serviços, caberá à CONTRATADA entregar os Relatórios de Certificação de todos os pontos do Cabeamento de Rede de Dados (U/UTP e Óptico), impressos e salvos em mídia eletrônica, assinados pelo responsável técnico da contratada.

4.46. Deverão ser identificados todos os cabos utilizados, por meio de anilhas ou etiquetas indelévels fixadas em suas extremidades e no espelho da caixa de tomada, indicando o ponto e o circuito elétrico;

4.47. Ao concluir o cabeamento óptico, a contratada deverá executar a certificação de 100% dos pontos, não sendo admitida certificação por amostragem, e apresentar os relatórios de testes /certificação dos pontos lógicos, de acordo com as normas vigentes;

4.48. Será de responsabilidade da contratada o provimento de transporte e deslocamento para pessoal, equipamentos, materiais e ferramentas para o atendimento às demandas de execução dos serviços;

4.49. A CONTRATADA deverá disponibilizar, no mínimo, um responsável técnico, que ficará responsável para tratar e responder junto à contratante sobre as questões técnicas relativas aos serviços, objeto desta contratação;

4.50. Quando houver necessidade da remoção de parte do cabeamento, a empresa contratada será responsável, juntamente com o fabricante dos produtos de cabeamento estruturado que ela lançará, pelo tratamento correto no descarte dos materiais (sucata) retirados;

4.51. Essa retirada deverá ser feita em conjunto entre a empresa contratada e o fabricante da nova solução de cabeamento que cuidarão desde a retirada dos materiais até a reciclagem, com o objetivo de preservar o meio ambiente e racionalizar a utilização de recursos não renováveis através do tratamento de resíduos provenientes do descarte de produtos de cabeamento estruturado;

4.52. Todos os materiais retirados pela instaladora e recebidos pelo fabricante deverão ser separados e encaminhados para reciclagem em empresas homologadas, evitando a emissão de poluentes ou destinação incorreta de seus resíduos.

4.53. Os materiais inutilizados (sucatas) serão vistoriadas pela equipe de fiscalização de contrato e poderão ser inspecionadas pelo pessoal de serviço da OM no momento que for sair do local.

4.54. Os processos de tratamento de resíduos plásticos, PVC, polietileno, cobre e outros efetuados pelo fabricante da solução de cabeamento deverão ser devidamente autorizados e certificados pelos órgãos com responsabilidade ambiental, devendo obrigatoriamente ser apresentadas, anexo a proposta de preços, cópias dos seguintes documentos do fabricante de cabeamento:

4.55. Licença Ambiental de Operação, emitida pelo órgão responsável do município onde o fabricante da solução de cabeamento está instalado;

4.56. Certificado de Regularidade do fabricante da solução de cabeamento junto ao Cadastro Técnico Federal do IBAMA.

4.57. Fabricante deverá apresentar declaração que possui seu programa ativo na data da licitação.

### **Requisitos de Projeto e de Implantação**

4.58. Os serviços serão executados de acordo com o projeto realizado pela equipe do IF Goiano ou por projeto da própria contratada, desde que validado por equipe do IF Goiano.

### **Requisitos de Experiência Profissional**

4.59. A contratada deverá comprovar, como requisito de habilitação, possuir experiência com o fornecimento deste tipo de solução, através de atestados. Além disso deverá também comprovar que possui técnicos habilitados e com experiência comprovada para implementação da solução contratada;

4.60. A contratada indicará responsável técnico do projeto, devendo este profissional ser o responsável pelas atividades relacionadas à elaboração do projeto e acompanhamento do projeto.

4.61. Para fins de comprovação de formação do profissional em engenharia, deverá ser apresentado diploma de formação acadêmica no curso de engenharia, ou apresentar o registro na entidade superior competente comprovando a formação e experiência em projetos de escopo similar;

4.62. O vínculo com a licitante deverá ser comprovado através da apresentação da carteira de trabalho, demonstrando o vínculo e/ou contrato de prestação de serviços celebrado entre a licitante e o profissional;

4.63. A licitante deverá possuir equipe técnica, com profissionais certificados nos seguintes produtos e atividades:

- 4.64. Certificado, de no mínimo 02 (dois) funcionários de treinamento técnico do fabricante, em instalação dos ativos de rede, switches, contemplando instalação e configuração, através de certificação nos produtos do fabricante;
- 4.65. Certificado, de no mínimo 04 (quatro) funcionários de treinamento técnico do fabricante, em instalação de cabeamento estruturado, estando apto nos procedimentos de instalação do cabeamento;
- 4.66. Comprovação de que dispõe de estrutura técnica adequada (instalações, aparelhamento, corpo técnico e material para cumprimento do objeto desta licitação, mediante declaração própria acompanhada de relação detalhando a estrutura ofertada, inclusive endereço e telefone da matriz e filiais (se houver).

### **Garantia da contratação**

- 4.67. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.
- 4.68. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.69. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.70. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 4.71. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.72. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.73. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.74. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.75. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.76. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.77. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.78. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

- 4.78.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.78.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.78.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.78.4. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.78.5. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.78.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.78.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.78.8. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.78.9. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.78.10. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.78.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.78.12. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.78.13. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.78.14. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.79. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.80. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.81. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## **Vistoria**

4.82. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **8** horas às 11 horas e das 14 horas às **16** horas.

4.83. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.84. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública

4.85. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria .

4.86. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.87. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.88. A licitante deverá apresentar declaração expressa de que teve pleno conhecimento de todas as informações e das condições locais necessárias ao fiel cumprimento das obrigações decorrentes do objeto desta licitação, conforme disposto nos ANEXOS II - Declaração de Vistoria e III - Declaração de Dispensa de Vistoria.

4.89. A exigência de vistoria (preferencialmente facultativa) justifica-se pela complexidade técnica da infraestrutura de rede lógica e pelas particularidades arquitetônicas de cada unidade do IF Goiano. O conhecimento prévio das condições dos locais de instalação (dutos, forros e salas técnicas) é essencial para que a licitante elabore uma proposta fidedigna, mitigando riscos de futura alegação de inexecutabilidade ou pedidos de reequilíbrio por dificuldades técnicas ignoradas, nos termos do art. 63, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

### **Margem de Preferência**

4.90. O objeto desta contratação não se enquadra nas hipóteses de aplicação de margem de preferência, conforme disposto no Decreto nº 11.282/2022 e nas Resoluções da CICS vigentes.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: **30** dias do início da vigência do contrato

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.3. Visando permitir a viabilidade técnica e econômica para entregas e execução dos serviços, dependendo do item, será estipulada uma quantidade mínima a ser demandada pela Administração.

5.1.4. Havendo contratação de serviços listados na ata, será formalizado contrato ou instrumento equivalente. Por ocasião da assinatura do contrato, o IF Goiano informará qual Campus receberá o serviço, indicando também o servidor responsável no local para acompanhar a execução do serviço.

5.1.5. Após essa indicação, a empresa terá o prazo de 5 dias úteis para entrar em contato com o Campus e realizar todas as coordenações necessárias de forma a emitir o cronograma de execução do serviço. A partir da aprovação do cronograma pelo IF Goiano, a empresa terá o prazo máximo de 60 dias para concluir o serviço, o qual terá o acompanhamento de servidores do Campus apoiado.

5.1.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas corridas, por intermédio do fiscal designado para acompanhamento do contrato, a contar de sua solicitação.

**Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

Unidade	Endereço
Reitoria	Rua 88 310, Setor Sul, Goiânia-GO, CEP 74085-010
Campos Belos	Rodovia GO-118 QD. 1-A LT. 1, Novo Horizonte, Campos Belos - GO, 73840-000
Catalão	Rua Ademar Ferrugem 840, Bairro Santo Antônio, Catalão-GO, CEP: 75701-655.
Ceres	Rodovia GO-154, Km.03, Zona Rural, Ceres-GO, CEP 76300-000.
Cristalina	Rua Araguaia esq. c/ Rua Guaranis LT 71, Setor Oeste , Cristalina - GO, CEP 73850-000.
Hidrolândia	Estrada São Braz, Km 04, Zona Rural, Hidrolândia - GO, CEP 75.340-000.
Ipameri	Av. Vereador José Benevenuto, Qd. 11, Ipameri - GO, CEP: 75780-000.
Iporá	Av. Oeste 350, Parque União, Iporá - GO, CEP: 76200-000.
Morrinhos	Rodovia BR-153, Km 633, Zona Rural, Morrinhos-GO, CEP 75650-000.
Posse	Fazenda Vereda do Canto, GO 453, km 2,5, Posse-GO, CEP 73.900-000.
Rio Verde	Rodovia Sul Goiana, Km 01, Zona Rural, Rio Verde - GO, CEP 75901-970.
Urutaí	Rodovia Geraldo Silva Nascimento, Km. 2,5, Zona Rural, Urutaí - GO, CEP: 75.790-000.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: De segunda a sexta-feira das 8h às 11h e das 14h às 16h.

**Rotinas a serem cumpridas**

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. Serão realizadas reuniões iniciais ou introdutórias relativas a cada demanda de serviço (podendo ser presencial ou por videoconferência, mediante a aprovação pela contratante). A contratada deve ainda responder à requisição de agendamento de reunião em até 01 dia útil, que deve ocorrer em até 05 dias úteis.

5.5. A contratante encaminhará dados estimados das quantidades de serviços à contratada, relativas às demandas de pontos de dados, de enlaces ópticos, de preferências técnicas e de negócio, além de outras informações existentes que ajudem a detalhar os estudos.

5.6. A contratada estudará a demanda e emitirá a confirmação da demanda ou informará sugestões justificadas de mudanças para aprovação pela contratante quanto às necessidades de adequações dos serviços estimados inicialmente (em até 10 dias úteis contados a partir do envio da demanda inicial pela contratante). A contratada deve realizar pelo menos uma visita às instalações nos locais onde os serviços serão executados, em horário comercial, a fim de obter informações complementares para a realização do seu estudo. As visitas devem ser agendadas com no mínimo 02 dias úteis de antecedência informando os dados dos participantes da vistoria.

5.7. Uma vez aprovada e definida a lista dos serviços demandados pela contratante, a contratada deve iniciar o seu planejamento e encaminhar o cronograma de execução estimado dos serviços em até 05 dias úteis, no qual constará as etapas e prazos previstos (em quantidade de dias de trabalho para cada etapa). Esse cronograma deve ser compatível com os prazos de execuções previstos neste termo de referência.

5.8. A contratante então emitirá a ordem de serviço de execução, momento em que se inicia a contagem do prazo de execução.

5.9. Durante a execução, a contratada deve preparar a execução dos serviços informando a equipe que executará os trabalhos bem como as suas funções conforme requisitos de capacitação de pessoal constante nesse termo de referência. Deve, ainda, confirmar previamente qualquer necessidade de alteração do planejamento inicial dos serviços e seus quantitativos aprovados. Todos os serviços devem ser executados durante o horário do expediente do local de execução dos serviços, salvo necessidade complementar de horário a ser aprovada pela contratante ou solicitada por essa. As necessidades de elaboração de documentações específicas para a obtenção da permissão do uso de posteamento de concessionárias e a emissão de responsabilidades técnicas, quando for o caso, devem ser realizadas pela contratada e incluída em seus custos. A contratada deve encaminhar os protocolos registrados junto às Concessionárias e correlatos à contratante. O eventual custeio da utilização dos postes, se houver, ocorrerá por parte da contratante. A eventual solicitação de prorrogação de prazo será analisada e aprovada caso a caso pela contratante, devendo a contratada encaminhar justificativas.

5.10. Ainda durante a execução, a contratada deve encaminhar diariamente relatório simplificado descrevendo os serviços realizados bem como fotos dos trabalhos em andamento (quando for o caso).

5.11. A contratada deve capacitar a contratante e equipe local sobre a infraestrutura implantada, formas de acionamento da garantia e necessidades de manutenções preventivas, devendo essa capacitação ter a duração mínima de 08 horas que podem ser divididas em períodos fragmentados, de acordo com a contratante.

5.12. A contratada deve entregar as documentações técnicas sobre a infraestrutura e serviços implantados discriminando os testes de funcionamento das comunicações realizados, devendo os documentos serem impressos em papel timbrado e com a assinatura do preposto e técnicos envolvidos, no prazo de até 10 dias úteis dos termos das execuções dos serviços, a fim de subsidiar as análises e as emissões dos termos de recebimento provisório e de recebimento definitivo. A contratada deve encaminhar documento timbrado e assinado à contratante discriminando os serviços concluídos e testados.

5.13. A contratante emitirá os termos de recebimento provisório e definitivos, conforme normativos, legislações e este termo de referência.

## **Materiais a serem disponibilizados**



5.14. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas neste Termo de Referência e anexos, promovendo sua substituição quando necessário;

5.15. Todos os custos relacionados com materiais (cabos, conectores, etc), equipamentos e mão-de-obra destinados à instalação e ativação dos serviços objeto deste Termo de Referência, serão arcados exclusivamente pela CONTRATADA.

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.16. Os itens e seus quantitativos foram dimensionados com base nos estudos realizados no Processo Administrativo nº 23216.002664.2025-40, fundamentados no levantamento de demandas reprimidas, no histórico de manutenções da área de TI e nos projetos de expansão previstos. O dimensionamento visa atender integralmente à Reitoria e aos 13 (treze) Campi do IF Goiano, suprimindo a carência de cobertura contratual e garantindo a padronização da infraestrutura em todas as unidades participantes.

### **Especificação da garantia do serviço**

5.17. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo 60 (sessenta) dias, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, cobrindo a integridade física das instalações, a performance dos enlaces de fibra óptica e metálicos e a solidez da infraestrutura montada.

5.18. Em relação às peças, materiais e demais componentes:

a) Para os materiais passivos de cabeamento estruturado (cabos, conectores, patch panels, racks, DIOs), a garantia deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) meses;

b) Para equipamentos ativos (conversores de mídia) e acessórios diversos, a garantia deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou o prazo superior oferecido pelo fabricante, contados do recebimento definitivo.

5.19. Caso o fabricante das peças aplicadas ou da solução completa ofereça garantia maior que a prevista no subitem anterior (ex: Garantia Estendida de Sistema de 15 ou 25 anos), prevalecerá a garantia de fábrica, expressa em termo próprio entregue pela Contratada.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.20. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato, tendo em vista que o objeto se caracteriza como serviço não contínuo, prestado sob demanda, não havendo transferência de gestão, rotinas operacionais, bancos de dados ou postos de trabalho para uma eventual nova contratada.

5.21. Ressalva-se apenas que, ao término da vigência contratual, a Contratada deverá ter concluído a entrega de toda a documentação técnica (As-Built, Laudos de Certificação e Termos de Garantia) referentes às Ordens de Serviço executadas, condição indispensável para a liberação do último pagamento e da Garantia Contratual.

### **Mecanismos formais de comunicação**

5.22. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

a) Ordem de Serviço;

b) Ata de Reunião;

c) Ofício;

d) Sistema de abertura de chamados;

e) E-mails e Cartas;

f) Telefone para atendimento de chamadas da contratante

## **Formas de Pagamento**

5.23. Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

## **Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

5.24. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

5.25. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

5.25.1. As informações sob custódia da CONTRATADA deverão ser tratadas como informações sigilosas, não podendo ser usadas ou fornecidas, sob nenhuma hipótese, sem autorização formal da CONTRATANTE;

5.25.2. Declaração que possui ou virá a possuir até a assinatura do Contrato, em território brasileiro, sede ou filial dotada de toda a infraestrutura técnica adequada com recursos humanos qualificados e em quantidade suficiente para a prestação dos serviços de garantia aos produtos ofertados;

5.25.3. A solução contratada deverá possuir recursos que possibilitem a definição de regras e configurações aderentes à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 117 e 140 da Lei nº 14.133, de 2021, e do art. 10º do Decreto nº 9.507, de 2018.

### **Reunião Inicial**

6.10. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

6.11. A reunião será realizada em conformidade com o previsto na Lei nº 14.133, e ocorrerá em até 5 dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

- a) Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;
- b) Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
- c) Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- d) A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do
- e) funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;
- f) Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

6.12. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.13. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.14. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.15. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.16. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.17. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

- 6.18. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.19. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 6.20. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Instrumento.
- 6.21. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05 /2017
- 6.22. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 6.23. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 6.24. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 6.25. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 6.26. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 6.27. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 6.28. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.29. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Estudo e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 6.30. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.31. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 137 e 141 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.32. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- a. Rondas diárias para verificação da situação dos equipamentos;

- b. Solicitação de informações sobre os serviços ou sobre os equipamentos objeto da contratação via e-mail ou telefone ao responsável técnico da CONTRATADA;
- c. A empresa deverá apresentar relatórios periódicos contendo informações detalhadas sobre as ações sustentáveis adotadas, incluindo descarte de resíduos.
- d. A fiscalização do contrato considerará indicadores de sustentabilidade para aferir a conformidade com os critérios estabelecidos, podendo incluir auditorias ambientais e inspeções in loco.

6.33. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.34. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### **Fiscalização Administrativa**

6.35. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.36. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.37. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **Gestor do Contrato**

6.38. Cabe ao gestor do contrato:

6.38.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.38.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.38.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.38.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.38.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.38.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.38.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.38.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.38.8.1.às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.38.8.2.à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

### **São obrigações da CONTRATANTE:**

6.39. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

6.40. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

6.41. Receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

6.42. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

6.43. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

6.44. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução;

6.45. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

6.46. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

### **São obrigações do CONTRATADO**

6.47. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

6.48. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

6.49. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

6.50. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

6.51. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

- 6.52. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução;
- 6.53. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução durante a execução do contrato;
- 6.54. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

**São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:**

- 6.55. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- 6.56. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
- 6.57. Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:
- 6.57.1. As formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e
  - 6.57.2. Definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;
- 6.58. Definir mecanismos de controle de fornecimento da solução, observando, dentre outros:
- 6.58.1. A definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução;
  - 6.58.2. As regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução aos órgãos participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo contratado;

**7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.
- 7.2. Para os fins deste termo, entende-se como atendimento no prazo a prestação de todos os serviços e entregas de materiais dispostos nesse termo dentro das condições estipuladas.
- 7.3 Para o presente termo, o principal índice usado será o IAE (INDICADOR DE ATRASO DE ENTREGA DE OS), utilizado para dosimetria de glosa e sanção conforme tabela a seguir:

IAE – INDICADOR DE ATRASO DE ENTREGA DE OS		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Serviço.	

<b>Meta a cumprir</b>	<b>IAE &lt;= 0</b>	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Serviço dentro do prazo previsto.
<b>Instrumento de medição</b>	Termos de Recebimento Provisório e Definitivo emitidos.	
<b>Forma de acompanhamento</b>	<p>A avaliação será feita conforme a linha de base do cronograma registrada na OS.</p> <p>Será subtraída a data de entrega dos produtos da OS (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OS.</p>	
<b>Periodicidade</b>	Para cada Ordem de Serviço encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.	
<b>Mecanismo de Cálculo (métrica)</b>	<p>IAE = TEX – TEST</p> <p>Onde:</p> <p>IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OS;</p> <p>TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OS, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OS. A data de início será aquela constante na OS; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OS.</p> <p>A data de entrega da OS deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes no Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OS continua a correr, findando-se apenas quanto a Contratada entrega os produtos da OS e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p>TEST – Tempo Estimado para a execução da OS – constante na OS, conforme estipulado no Termo de Referência</p>	
<b>Observações</b>	<p>Obs 1: Serão utilizados dias úteis na medição.</p> <p>Obs 2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias úteis no cômputo do indicador.</p> <p>Obs 3: Não se aplicará este indicador para as OS de Manutenções Corretivas do tipo Garantia e aquelas com execução interrompida ou cancelada por solicitação da Contratante.</p>	
<b>Início de Vigência</b>	A partir da emissão da OS.	
	<p>Para valores do indicador IAE:</p> <p>De 0 a 0,10 – Pagamento integral da OS;</p> <p>De 0,11 a 0,20 – Glosa de 10% sobre o valor da OS;</p> <p>De 0,21 a 0,30 – Glosa de 15% sobre o valor da OS;</p> <p>De 0,31 a 0,50 – Glosa de 20% sobre o valor da OS;</p>	



<p><b>Faixas de ajuste no pagamento e Sanções</b></p>	<p>De 0,51 a 1,00 – Glosa de 30% sobre o valor da OS; Acima de 1 – Será aplicada Glosa de 50% sobre o valor da OS e poderá ser considerada inexecução parcial do contrato</p>
---	---

7.4.Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.4.1. não produziu os resultados acordados,

7.4.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.4.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.5. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.6. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

**Do recebimento**

7.7. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.9. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.10. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.11. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.12. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.13. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.14. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.15. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.15.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.16. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.17. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.18. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.19. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.20. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste documento e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.21. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.22. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.23. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.24. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.25. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.26. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.27. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.28. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.29. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.30. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.31. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.32. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.33. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.34. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.35. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.36. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017).

7.37. O recebimento definitivo, ato que concretiza o teste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

7.38. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

7.39. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

7.40. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Procedimentos de Teste e Inspeção**

7.41. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

a) Avaliação da conformidade do serviço entregue com o projeto.

b) Avaliação das características mínimas demandadas do material conforme especificação técnica descrita no Anexo I - Memorial Descritivo ou em qualquer outro apêndice desse termo.

7.42. Para a avaliação do serviço serão realizados testes de conexão entre os pontos, bem como vistoria para verificar se o serviço entregue atende ao projeto solicitado.

### **Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento**

7.43. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa/Sanção
1	Não comparecer injustificadamente à Reunião Inicial.	Advertência. - Em caso de reincidência, multa de 20% sobre o valor mensal contratado para cada não comparecimento.
2	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE	Descrito em CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
3	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportarse de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores vigentes à época, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 5% do valor da contratação.
4	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação	A Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.
5	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
6	Não executar total ou parcialmente os serviços previstos no objeto da contratação.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.

7	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por até 10 dias, sem comunicação formal ao gestor do Contrato. Inclui-se nesta situação o caso de suspensão do fornecimento do serviço por atraso no pagamento de Nota Fiscal com erro de emissão por parte da contratada, sendo notificada pelo contratante, situação em que deverá ser emitida uma nova Nota Fiscal para pagamento correto dos valores dos serviços contratados	Multa de 5% sobre o valor total do Contrato. - Em caso de reincidência ou atraso superior a 2 (dois) dias úteis para retornar o fornecimento do serviço a normalidade, após notificação do contratante, configura-se inexecução total do Contrato por parte da empresa e a contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
8	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por mais de 10 (dez) dias, sem comunicação formal ao gestor do contrato.	Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
9	Não prestar os esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 8 (oito) dias.	Multa de 5% sobre o valor mensal contratado por dia útil de atraso, que exceda o prazo citado, em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pelo contratante, até o limite de 20 dias úteis. - Após o limite de 20 dias úteis, aplicar-se-á multa de 2% do valor total do Contrato.

10	Provocar intencionalmente a indisponibilidade da prestação dos serviços quanto aos componentes de software (sistemas, portais, funcionalidades, banco de dados, programas, relatórios, consultas, etc)	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021
11	Permitir intencionalmente o funcionamento dos sistemas de modo adverso ao especificado na fase de levantamento de requisitos e às cláusulas contratuais, provocando prejuízo aos usuários dos serviços.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
12	Comprometer intencionalmente a integridade, disponibilidade ou confiabilidade e autenticidade das bases de dados dos sistemas.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
13	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas do CONTRATANTE	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
14	Atraso superior a 15 (quinze) dias na emissão e envio de Nota Fiscal para liquidação, após emissão do ateste do fiscal técnico ou após solicitação de emissão de nova Nota Fiscal	Multa de 5% sobre o valor mensal contratado por dia útil de atraso, que exceda o prazo citado, no envio da Nota Fiscal até o limite de 20 dias úteis. - Após o limite de 20 dias úteis, aplicar-se-á multa de 2% do valor total do Contrato.

	corrigindo algum erro de informação ou valor.	
15	Atraso superior a 10 (dez) dias no prazo previsto para instalação e entrega dos serviços em condições de uso (link operacional) e sem a devida justificativa, aceita pelo contratante, e enviada em tempo oportuno (30 dias antes do término do prazo).	Multa de 5% sobre o valor da primeira fatura mensal do link do contrato, que exceda o prazo citado, por dia útil de atraso na entrega até o limite de 20 dias úteis. - Após o limite de 20 dias úteis, aplicar-se-á multa de 5% do valor total do Contrato. - Após o limite de 60 dias úteis, configura-se inexecução total do Contrato por parte da empresa e a contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
16	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 2 % do valor total do Contrato.

7.44. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que p contratado:

- a) não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

## Liquidação

7.45. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.46. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.47. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.48. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.49. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.50. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.50.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.50.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.50.3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.50.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.50.5. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.50.6. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.51. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.52. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, exceto para o item de abastecimento que será considerado o valor atual com base na Tabela da ANP.

### **Forma de pagamento**

7.53. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.54. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.55. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.55.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.56. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



## Antecipação de pagamento

7.57. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

## Reajuste

7.58. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado em outubro de 2025 (data base da pesquisa de preços constante no processo).

7.59. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. A escolha do IPCA justifica-se por ser o índice oficial que melhor reflete a inflação do setor de serviços de infraestrutura de rede lógica e cabeamento estruturado, visto que não há índice setorial específico que englobe simultaneamente todos os insumos desta contratação. Outrossim, justifica-se a não utilização do catálogo eletrônico de padronização por inexistência de item padronizado que atenda integralmente às especificidades técnicas deste objeto no sistema Compras.gov.br.

7.60. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.61. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.62. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.63. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.64. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.65. O reajuste será realizado por apostilamento.

## Cessão de crédito

7.66. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.67. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.68. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.69. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.70. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

### 8.2.4 Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **30% (trinta por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **05 (cinco)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5% (cinco por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,5% (cinco por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5%** (**cinco** por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5%** (**cinco** por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5%** (**cinco** por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *10 (dez)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, sob o sistema de registro de preços.

### **Regime de Execução**

9.2. O regime de execução do objeto será o de Empreitada por Preço Unitário, conforme definido no item 1.1.4 deste Termo de Referência. A escolha deste regime justifica-se pela natureza da contratação (Sistema de Registro de Preços para serviços sob demanda), em que os quantitativos são estimados e a remuneração ocorrerá de acordo com as unidades efetivamente executadas e materiais aplicados, garantindo a eficiência e o controle dos gastos públicos.

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será

9.3.1 Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos (2) dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.25.1 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação**.

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnica**

9.30. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.30.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo anexo.

### **Qualificação Técnico-Operacional (Empresa)**

9.31. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de um ou mais Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

9.31.1. A exigência de atestados restringe-se às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas aquelas que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação (art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021), compreendendo atividades com as seguintes características:

a) Instalação, fusão e/ou conectorização de cabos de fibra óptica;

b) Instalação de cabeamento estruturado (cabos metálicos e acessórios).

9.31.2. A exigência de quantitativos mínimos nos atestados fica restrita a, no máximo, 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância estipuladas no subitem anterior, sendo expressamente vedadas quaisquer limitações de tempo ou de locais específicos relativas aos atestados (art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021).

9.31.3. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.31.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.31.6. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021.

9.31.7. Serão aceitos atestados ou documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo inidoneidade comprovada. As sociedades estrangeiras atenderão à exigência de registro apresentando, na assinatura do contrato, a solicitação perante o órgão competente no Brasil, se aplicável.

### **Qualificação Técnico-Profissional (Equipe)**

9.32. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional(is) responsável(is) pela execução dos serviços, detentor(es) de Atestado(s) ou Declaração (ões) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a

execução prévia de serviços com características semelhantes ao objeto desta contratação (instalação de infraestrutura de rede lógica, cabeamento estruturado e/ou fibra óptica).

9.32.1. Considerando a natureza e classificação do objeto como Serviço Comum, não será exigido que o profissional ou a empresa possuam registro em conselhos de fiscalização de exercício profissional (tais como CREA ou CFT), tampouco será exigida a apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT).

9.32.2. O vínculo do profissional com a empresa licitante poderá ser comprovado mediante contrato social, registro na carteira de trabalho (CTPS), contrato de prestação de serviços ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso a licitante se sagre vencedora.

9.32.3. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, sendo admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021).

9.32.4. Não serão admitidos atestados de profissionais que tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.33. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **Documentação complementar para cooperativas**

9.38. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.38.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.38.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.38.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;



- 9.38.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 9.38.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 9.38.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- 9.38.6.1. ata de fundação;
- 9.38.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- 9.38.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 9.38.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- 9.38.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- 9.38.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- 9.38.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 5.194.642,42 (cinco milhões, cento e noventa e quatro mil, seiscientos e quarenta e dois reais e quarenta e dois centavos)** conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1.**
- 10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 10.2.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.2.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 10.2.3 Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. Integram este instrumento, os seguintes anexos:

- a. Anexo I - Memorial Descritivo
- b. Anexo II - Declaração de Vistoria
- c. Anexo III - Declaração de Dispensa de Vistoria
- d. Anexo IV - Modelo de Ordem de Serviço
- e. Anexo V - Termo de Recebimento Provisório
- f. Anexo VI - Termo de Recebimento Definitivo
- g. Anexo VII - Termo de Compromisso
- h. Anexo VIII - Termos de Ciência;
- i. Anexo IX - Instrumento de Medição do Resultado (IMR)

13. ANEXO I

Não se aplica.

14. ANEXO II

Não se aplica.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA Nº 7478/REI/IFGOIANO, DE 28 DE NOVENBRO DE 2025

**DOUGLAS DE FRANCA ALVES**

Membro da comissão de contratação

Despacho: PORTARIA Nº 7478/REI/IFGOIANO, DE 28 DE NOVENBRO DE 2025

**MARIOSAN JORGE ARAUJO**

Membro da comissão de contratação

Despacho: PORTARIA Nº 7478/REI/IFGOIANO, DE 28 DE NOVENBRO DE 2025

**VIVIANE IZIDORO FERREIRA**

Membro da comissão de contratação

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexos TR - SRP Infra.docx (36.37 KB)

## ANEXO I - MEMORIAL DESCRITIVO

O referido anexo encontra-se acostado aos autos do processo administrativo como documento independente (arquivo apartado), em formato PDF, sendo parte integrante e indissociável desta contratação para todos os fins legais.

## ANEXO II - DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano

Rua 88, nº 310, Setor Sul, Goiânia – GO, CEP 74085-010

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

(A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na Licitação, ficando, contudo, as LICITANTES cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano

(PREGÃO ELETRÔNICO) N.º \_\_\_\_/20XX

Nome da empresa:

Declaramos conhecer e compreender, por inteiro, o teor do (Pregão Eletrônico) n.º XX/20XX, cujo objeto é a contratação de serviços contínuos de manutenção preventiva (com fornecimento de peças e sem fornecimento de peças) e corretiva (hora técnica) no equipamento do tipo Grupo Motor-gerador (GMG), incluindo o abastecimento do GMG e sem dedicação exclusiva de mão de obra.

Declaramos ter tomado conhecimento de todas as informações e condições para o devido cumprimento do objeto da licitação em pauta, bem como estar completamente de acordo com todas as exigências do Edital e seus anexos, que o integram, independentemente de transcrição.

Declaramos, ainda, ter vistoriado, por meio do Representante da Licitante, abaixo identificado, todos os locais de realização dos serviços e estar totalmente cientes do grau de dificuldade envolvido.

_____	_____
—	—
Empresa	CNPJ
_____	_____
—	—
Endereço	Telefone
_____	_____
_____	_____

E-mail	Responsável Técnico  (nome e registro no Profissional) Conselho
--------	--

Goiânia, XX de XXXXXXXXXXXX de 20XX.

---

Responsável Técnico da Empresa Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia  
Goiano

OBS.: Esta declaração deverá ser entregue junto com os demais documentos relativos à habilitação.

### **ANEXO III - DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA**

#### **DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA**

Atestamos para fins de habilitação no Pregão Eletrônico nº xxxx, que (nome e função), representando a empresa xxxxx, optou por não realizar vistoria nos locais e instalações referentes ao Objeto do Edital de Pregão e declara, sob qualquer hipótese, estar ciente que não poderá alegar desconhecimento das condições dos equipamentos e locais de execução dos serviços como justificativa para deixar de cumprir com os termos do Edital de Licitação e respectivo Termo de Referência, bem como, do Contrato advindo do certame licitatório.

Goiânia, de 20.

---

Representante da Empresa

---

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano

**ANEXO IV - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO**

<b>1 – IDENTIFICAÇÃO</b>			
<b>Nº da OS/OFB</b>	xxxx/aaaa	<b>Data de emissão</b>	<dd/mm/aaaa>
<b>CONTRATO/NOTA DE EMPENHO nº</b>	xx/aaaa		
<b>Objeto do Contrato</b>	<Descrição do objeto do contrato>		
<b>Contratada</b>	<Nome da contratada>	<b>CNPJ</b>	99.999.999/9999-99
<b>Preposto</b>	<Nome do preposto>		
<b>Início vigência</b>	<dd/mm/aaaa>	<b>Fim vigência</b>	<dd/mm/aaaa>
<b>ÁREA REQUISITANTE</b>			
<b>Unidade</b>	< Sigla – Nome da unidade>		
<b>Solicitante</b>			
	<Nome do solicitante>	<b>E-mail</b>	xxxxxxxxxxxxxx

**2 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS E VOLUMES ESTIMADOS**

Item	Descrição do bem ou serviço	Métrica	Valor unitário (R\$)	Qtde/Vol.	Valor Total (R\$)
------	-----------------------------	---------	----------------------	-----------	-------------------

<b>1</b>	...	...	...	...	...
...	...	...	...	...	...
<b>Valor total estimado da OS/OFB</b>					

### 3 – <INSTRUÇÕES/ESPECIFICAÇÕES> COMPLEMENTARES

<Incluir instruções complementares à execução da OS/OFB>

<Ex.: Contatar a área solicitante para agendamento do horário de entrega>

<Ex.: Conforme consta no Termo de Referência, o recebimento provisório está condicionado à entrega do código no ambiente de homologação, e a documentação do software no repositório oficial de gestão de projetos>

### 4 – DATAS E PRAZOS PREVISTOS

<b>Data de Início:</b>	<dd/mm/aaaa>	<b>Data do Fim:</b>	<dd/mm/aaaa>
------------------------	--------------	---------------------	--------------

### CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/ENTREGA

Item	Tarefa/entrega	Início	Fim
<b>1</b>		<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>
...		<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>

### 5 – ARTEFATOS / PRODUTOS

<b>Fornecidos</b>	<b>A serem gerados e/ou atualizados</b>
-------------------	---



## 5 – ASSINATURA E ENCAMINHAMENTO DA DEMANDA

Autoriza-se a <execução dos serviços / entrega dos bens> correspondentes à presente <OS/OFB>, no período e nos quantitativos acima identificados.

---

### Integrante Requisitante

(Assinatura eletrônica)

<Nome >

Cargo

Matr.: <Nº da matrícula>

---

<Nome >

Gestor do Contrato

Matr.: <Nº da matrícula>

<Local>, xx de xxxxxxxxx de xxxx

## Anexo V - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

### 1 – IDENTIFICAÇÃO

<b>CONTRATO/NOTA DE EMPENHO Nº</b>	xx/aaaa		
<b>CONTRATADA</b>	<Nome da Contratada>	<b>CNPJ</b>	xxxxxxxxxxxxx
<b>Nº DA OFB</b>	<xxxx/aaaa>		

<b>DATA DA EMISSÃO</b>	<dd/mm/aaaa>
------------------------	--------------

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTO(S)/BEM(S) E VOLUMES DE EXECUÇÃO			
SOLUÇÃO DE TIC			
<Descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado>			
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE
1	<Descrição igual ao da OFB de abertura>	<Ex.: UNID.>	<n>
...	...	...	...
...	...	...	...
...	...	...	...
<b>TOTAL DE ITENS</b>			

### 3 – RECEBIMENTO

Para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso II, alínea “i”, da IN SGD/ME nº 94/2022, por este instrumento ATESTO que os <bem(s)/produto(s)> correspondentes à <OFB> acima identificada, conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram entregues, estando sujeitos à avaliação específica para verificação do atendimento às demais exigências contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes <bem(s)/produto(s)> ocorrerá somente após a verificação desses requisitos e das demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da **CONTRATADA**. Por fim, reitera-se que o objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

### 4 – ASSINATURA

FISCAL TÉCNICO
<div></div> <div>&lt;Nome do Fiscal Técnico do Contrato&gt;</div> <div>Matrícula: xxxxxx</div> <div>&lt;Local&gt;, &lt;dia&gt; de &lt;mês&gt; de &lt;ano&gt;.</div>
PREPOSTO
<div></div> <div>&lt;Nome do Preposto do Contrato&gt;</div> <div>Matrícula: xxxxxx</div> <div>&lt;Local&gt;, &lt;dia&gt; de &lt;mês&gt; de &lt;ano&gt;.</div>

Anexo VI - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO/NOTA DE EMPENHO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxxx
Nº DA OS/OFB	<xxxx/aaaa>		
DATA EMISSÃO	DA	<dd/mm/aaaa>	

**2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTO(S)/BEM(S)/SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO****SOLUÇÃO DE TIC**

<descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado>

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE	TOTAL
1	<descrição igual à da OS/OFB de abertura>	<Ex.: PF>	<n>	<total>
...				
<b>TOTAL DE ITENS</b>				

**3 – ATESTE DE RECEBIMENTO**

Para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso II, alínea “h”, da IN SGD/ME nº 94/2022, por este instrumento ATESTO/ATESTAMOS que o(s) <serviço(s)/ bem(s)> correspondentes à <OS/OFB> acima identificada foram <prestados/entregues> pela CONTRATADA e ATENDEM às exigências contratuais, discriminadas abaixo, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do Contrato acima indicado.

ITEM	EXIGÊNCIA CONTRATUAL	ATENDIMENTO	OBSERVAÇÃO
1	<exigência contratual estabelecida no TR >	...	.....
...	...	...	.....
...	...	...	.....
...	...	...	.....


#### 4 – DESCONTOS EFETUADOS E VALOR A LIQUIDAR

De acordo com os critérios de aceitação e demais termos contratuais, <não> há incidência de descontos por desatendimento dos indicadores de níveis de serviços definidos.

<Não foram / Foram> identificadas inconformidades técnicas ou de negócio que ensejam indicação de glosas e sanções, <cuja instrução corre em processo administrativo próprio (nº do processo)>.

Por conseguinte, o valor a liquidar correspondente à <OS/OFB> acima identificada monta em R\$ <valor> (<valor por extenso>).

**Referência:** <Relatório de Fiscalização nº xxxx ou Nota Técnica nº yyyy>.

#### 5 – ASSINATURA

##### GESTOR DO CONTRATO

\_\_\_\_\_  
<Nome do Gestor do Contrato>

**Matrícula:** xxxxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

#### 6 – CIÊNCIA

**PREPOSTO**

<Nome do Preposto do Contrato>

CPF: xxxxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>

7 – AUTORIZAÇÃO PARA FATURAMENTO

GESTOR DO CONTRATO

Nos termos da alínea “n”, inciso I, art. 33, da IN SGD/ME nº 94/2022, AUTORIZA-SE a **CONTRATADA** a <faturar os serviços executados / apresentar as notas fiscais dos bens entregues> relativos à supracitada <OS/OFB>, no valor discriminado no item 4, acima.

<Nome do Gestor do Contrato>

Matrícula: xxxxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>

8 – CIÊNCIA

PREPOSTO

<Nome do Preposto do Contrato>

Matrícula: xxxxxxxx

## **ANEXO VII – TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO**

### **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**

Pelo presente instrumento o **IF Goiano**, sediado em **Rua 88, nº 310, Setor Sul, Goiânia – GO, CEP 74085-010**, CNPJ nº **10.651.417/0001-78**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º <nº do contrato>** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

#### **1 – OBJETO**

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela **CONTRATADA**, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela **CONTRATANTE** e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do **CONTRATO PRINCIPAL** celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

#### **2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

**INFORMAÇÃO:** dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

**INFORMAÇÃO SIGILOSA:** aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

**CONTRATO PRINCIPAL:** contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

### 3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

### 4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I** – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II** – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;



**III** – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

## **5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

- I** – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;
- II** – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;
- III** – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e
- IV** – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

## **6 – VIGÊNCIA**

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

## **7 – PENALIDADES**

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de

ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133, de 2021.

## **8 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

- I** – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;
- II** – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.
- III** – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- IV** – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- V** – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
- VI** – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- VII** – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte

integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

**VIII** – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

**9 – FORO**

A CONTRATANTE elege o foro da Cidade de Goiânia, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**10 – ASSINATURAS**

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<div><div></div><div>&lt;Nome&gt;</div><div>&lt;Qualificação&gt;</div></div>	<div><div></div><div>&lt;Nome&gt;</div><div>Matrícula: xxxxxxxx</div></div>

TESTEMUNHAS	
<div><div></div><div>&lt;Nome&gt;</div><div>&lt;Qualificação&gt;</div></div>	<div><div></div><div>&lt;Nome&gt;</div><div>&lt;Qualificação&gt;</div></div>

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

## ANEXO VIII - TERMO DE CIÊNCIA

### TERMO DE CIÊNCIA

#### 1 – IDENTIFICAÇÃO

<b>CONTRATO Nº</b>	xxxx/aaaa		
<b>OBJETO</b>	<objeto do contrato>		
<b>CONTRATADA</b>	<nome da contratada>	<b>CNPJ</b>	XXXXXXXXXXXXXX
<b>PREPOSTO</b>	<Nome do Preposto da Contratada>		
<b>GESTOR DO CONTRATO</b>	<Nome do Gestor do Contrato>	<b>MATR.</b>	XXXXXXXXXXXXXX

#### 2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

#### Funcionários da Contratada

<b>Nome</b>	<b>Matrícula</b>	<b>Assinatura</b>
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<XXXXXXXXXXXX>	
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<XXXXXXXXXXXX>	
...	...	...

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

## ANEXO IX - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1. **Definição:** INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – documento

anexo ao contrato que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento;

2. **Objetivo a atingir:** obtenção da melhor execução do objeto, mediante a definição de indicadores de acompanhamento de qualidade dos serviços prestados durante a vigência do contrato.
3. **Forma de avaliação:** definição das situações (indicadores) que caracterizem o não atendimento do objetivo e atribuição de grau de correspondência, de 1 a 5, de acordo com os indicativos de metas a cumprir, compreendendo glosas, que podem ser cumulativas, de 0,5% a 7,0% do valor mensal do contrato.
4. **Apuração:** ao final de cada período de apuração (mês), o Fiscal do contrato preencherá a planilha de cálculo o índice global e a encaminhará ao preposto da contratada para conhecimento do valor da glosa a ser aplicada no mês, ajustado ao cumprimento das metas deste acordo e adoção das medidas recomendadas, quando houver.
5. **Sanções:** Quando o percentual de glosas no período mensal for superior a 10% (dez por cento) sobre o valor mensal ou o somatório das glosas for superior a 30% (trinta por cento) do valor mensal no período de um ano, caracterizar-se-á inexecução parcial, o que implicará na abertura de procedimento de aplicação das penalidades previstas no contrato.

#### MENSURAÇÃO

Grau de Relevância	Correspondência
1	Glosa de 0,5 % sobre o valor da Fatura por evento
2	Glosa de 1,0 % sobre o valor da Fatura por evento
3	Glosa de 2,5 % sobre o valor da Fatura por evento
4	Glosa de 4,0 % sobre o valor da Fatura por evento
5	Glosa de 7,0 % sobre o valor da Fatura por evento